

ACUSAR E PUNIR: A MORALIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA DE PODER

ACCUSE AND PUNISH: MORALITY AS A POWER STRATEGY



CAIO CÉSAR CUOZZO PEREIRA ³

Resumo

Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) foi um jornalista, empresário e político brasileiro. Entre 1956 e 1960, ele fundou e dirigiu a revista Maquis no Rio de Janeiro. Em 1960, ele se elegeu como deputado constituinte da Guanabara pela União Democrática Nacional (UDN). Esse evento marcou o seu afastamento da direção de Maquis, restringindo a sua participação a atividade de articulista durante o governo Jânio Quadros (1961). Tendo em vista a sua condição de político e jornalista naquele contexto, este artigo questiona quais foram as suas ideias, as suas representações e os seus interesses expostos através de Maquis. À revelia da efemeridade do governo Quadros, se trata de um recorte temporal relevante em função de seus efeitos nos campos político, econômico e social. Deste modo, a hipótese proposta é a de que Amaral Netto instrumentalizou o ideário moralista do governo em um discurso de autolegitimação. Estratégia que, em alguma medida, ambicionava o exercício de poder perante a sociedade.

Palavras-chave: Governo Jânio Quadros; política; imprensa; Amaral Netto; Revista Maquis.

Abstract

Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) was a Brazilian journalist, businessman and politician. Between 1956 and 1960, he founded and directed the magazine Maquis in Rio de Janeiro. In 1960, he was elected constituent deputy of Guanabara by the União Democrática Nacional (UDN). This event marked the end of his management of the magazine, restricting his participation to the activity of a columnist during the Jânio Quadros government (1961). Having in mind his status as a politician and journalist in that context, this article questions what ideas, representations and interests he expressed through the Maquis. Despite the ephemerality of the Quadros government, this is a relevant temporality because to its effects in the political, economic and social fields. Thus, the proposed hypothesis is that Amaral Netto instrumentalized the government's moralist ideology in a self-legitimizing discourse. A strategy that, to some extent, aspired to exercise power over the society.

Keywords: Jânio Quadros government; Policy; Press; Amaral Netto; Revista Maquis.

³ Graduado e Mestre em História (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: caiocuozzo@gmail.com.



Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em curso sobre a revista Maquis e seus produtores. A expectativa é a de desenvolver tanto uma análise sobre o seu jornalismo quanto realizar um exercício sociológico sobre o perfil dos seus agentes. A duração da circulação da revista – 1956 a 1962 – foi selecionada como baliza cronológica. Apesar do recorte ser relativamente restrito, se trata de um período importante tanto para a história da política quanto para a da imprensa escrita do país. O governo Jânio Quadros é um exemplo que pode ilustrar esse argumento. Por um lado, são sobejamente debatidos pela historiografia os seus atritos com o Legislativo federal e a instabilidade resultante desse *modus operandi*. Por outro, a sua política econômica de austeridade atingiu diretamente os periódicos por causa da majoração do preço do papel importado. Fidélis dos Santos Amaral Netto foi um dos que vivenciou esse cenário enquanto parlamentar e jornalista. Em função disso se questiona quais as ideias, as representações e os interesses que ele difundiu através de Maquis naquele momento.

Nesse sentido, os conceitos de campo e poder simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) são os referenciais teóricos deste artigo. O primeiro é uma chave interpretativa sobre o funcionamento da sociedade. Nela se constituem e se consolidam campos que experienciam interações e conflitos internos e externos. Cada campo possui suas normas, seus métodos e seus objetos de disputa. Assim, os sujeitos sociais que os compõem são personagens que compartilham e experienciam essas especificidades. O segundo estabelece a centralidade da comunicação para o exercício de poder simbólico. Cumpre ao receptor da mensagem o ato de legitimar aquilo que lhe é dito. Assim, a palavra é o instrumento ao qual se recorre nesse tipo de interação que objetiva validar o emissor (Bourdieu, 1989).

Tal perspectiva teórica destaca a importância de questionar aspectos como a estrutura, a materialidade, o conteúdo jornalístico e a inserção – no campo e no contexto social macro – do periódico. Como defenderam as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, se faz necessário problematizar o discurso da objetividade da imprensa (representado pela alegoria do espelho da realidade) e a sua articulação na conjuntura da qual ela é uma das forças ativas. Nesse sentido, o procedimento metodológico do historiador deve atentar para os posicionamentos, as formas de atuação, as conexões e os adversários do periódico selecionado como fonte e objeto de pesquisa (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257-258).



A partir desse entendimento, as autoras propuseram um roteiro para a orientação do trabalho e para o desenvolvimento da análise crítica. Cruz e Peixoto reuniram nesse roteiro etapas articuladas que, em alguma medida, abrangem as dimensões material, estrutural e relacional. A primeira aponta para a importância de identificar informações gerais sobre o periódico, de compreender a composição do seu produto e de investigar o seu projeto editorial minuciosamente – a linha editorial, as possíveis campanhas desenvolvidas e os assuntos priorizados como conteúdo jornalístico. Adiante, a segunda sugere examinar quais recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos no processo de produção. A equipe de redação, a propriedade (ou não) de maquinários de impressão e a publicidade são, respectivamente, três exemplos. Por fim, a última proposição das autoras pode ser caracterizada como uma preocupação em se considerar as dinâmicas relacionais experienciadas interna e externamente. Articulando, assim, o objeto ao seu contexto social (Cruz; Peixoto, 2007).

Portanto, não se pode ignorar que um periódico abarca em si sujeitos de uma determinada conjuntura. Como tais, eles formavam (ou se inseriam) em redes de sociabilidade, construía alianças, vivenciavam divergências, possuíam interesses e manifestavam opiniões. Tendo em vista essas considerações teórico-metodológicas, este artigo contém outras quatro partes. Inicialmente, se apresenta um panorama sobre a trajetória de Amaral Netto atentando para a sua inserção no campo do jornalismo e suas redes de relações. Convém sinalizar que não há a intenção de redigir uma espécie de biografia sobre o objeto em questão. A seguir, se debate a fundação da revista Maquis e a sua linha editorial sob a direção de Amaral Netto (1956-1960). Essa contextualização é essencial para entender a sua produção jornalística no decorrer do governo Quadros. Posteriormente, se desenvolve uma análise sobre os seus artigos publicados entre fevereiro e agosto de 1961 almejando responder ao questionamento proposto. No fim, se defende a hipótese de que ele instrumentalizou o ideário moralista do governo em um discurso de autolegitimação.

Um olhar panorâmico

Amaral Netto é um personagem recorrentemente mencionado na bibliografia especializada na História do Brasil do século XX (Picaluga, 1980, p. 84; Motta, 2004, p. 201-203). Esse interesse se deu por algumas razões que podem ser distinguidas temporalmente. Seu nome figura em narrativas que descreveram eventos de instabilidade política vivenciados nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Muito disso se



deve a sua militância política em parceria com Carlos Lacerda e outros próceres da União Democrática Nacional (UDN). Apesar de não ser filiado ao partido naquele momento, Amaral Netto tomou parte nos mais diversos acontecimentos capitaneados pela UDN. Um dos mais relevantes foi a pregação pública a favor do “impedimento” da posse de Juscelino Kubitschek em 1956 (Dulles, 1992, p. 225; Mendonça, 2002, p. 185). Amaral Netto também foi alçado a objeto de pesquisa por causa de sua atuação – parlamentar e jornalística – durante a ditadura militar brasileira. O foco investigativo se direcionava para as suas conexões com o regime através de sua vinculação a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e de seu programa televisivo.

Principalmente em função deste último caso, algumas informações sobre a sua trajetória – pessoal e profissional – foram coligidas, ele nasceu em uma família radicada no então Estado do Rio. Seu pai, Luciano Amaral, era um bacharel em Direito e trabalhava como advogado. Na juventude, Amaral Netto estudou nos colégios Salesiano e Pedro II. Também aderiu ao integralismo nesses anos. Ele teve alguns empregos antes e durante a sua experiência com o jornalismo. Ao menos dois destes se entrelaçavam com suas relações familiares – ele foi funcionário do escritório do seu pai e da empresa de exportação de tecidos do seu sogro na década de 1940. Em 1948, ele ingressou na imprensa escrita através do jornal católico Correio da Noite. A partir disso, escreveu para outros periódicos, notadamente para o Tribuna da Imprensa (dirigido por Carlos Lacerda). Em 1953, Amaral Netto fundou e dirigiu o Clube da Lanterna enquanto trabalhava no Tribuna. Esse Clube objetivava reunir simpatizantes de Lacerda e promover ações – protestos, palestras, enfim – contrárias ao governo Getúlio Vargas (Krause, 2012, p. 25-33).

Dito isso, a expectativa desse panorama é a de colaborar com essa espécie de imagem indicando outras relações sociais e características de sua trajetória na década de 1950. Amaral Netto se aproximou de alguns empresários e políticos no decorrer desses anos. O industrial Pedro Theberge foi seu chefe no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem desde 1947. No sindicato, Amaral Netto tinha o cargo de assessor econômico. Posteriormente, os dois se associaram tanto na criação do referido clube quanto na gestão da revista Maquis. Theberge atuou como conselheiro fiscal de ambas as instituições. Além disso, Amaral Netto serviu como testemunha para o registro de nascimento de um filho dele (Brasil. Registro Civil das Pessoas Naturais da Quarta Circunscrição [1954-55]. p. 285).



Por conseguinte, Amaral Netto foi acionista e diretor da Companhia Reis de Armazéns Gerais S.A. em 1955. Se tratava de um empreendimento ligado a cafeicultura, do qual também era sócio Rui Gomes de Almeida (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 24 abr. 1956, p. 6). Este foi um empresário que detinha participações acionárias em negócios nacionais e estrangeiros. Não obstante, Almeida era membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Loureiro, 2012, p. 111). Foi o próprio Amaral Netto quem sinalizou a proximidade entre os dois. Em um editorial, ele afirmou que o empresário tinha anteriormente “endossado” suas dívidas que montavam a Cr\$ 60.000,00. Falando de si na terceira pessoa, Amaral Netto afirmou que Almeida “sempre manteve” uma “atitude de consideração e apreço” para com ele (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Querem fechar “Maquis”. Maquis, Rio de Janeiro, abr. 1957, p. 8).

Já na segunda metade da década de 1950, ele estabeleceu outro laço comercial com o lojista Abraham Medina. Poucos meses após fundar Maquis, Amaral Netto expandiu seus negócios editoriais criando o periódico O Brasil em Jornal. A intenção deste era ser um tipo de material didático para estudantes que desejavam aprender a história do país. Assim, ele e o professor Gustavo Barroso coordenavam uma equipe que editava, em formato de “notícias”, os acontecimentos históricos brasileiros. Em 1959, Medina se associou a esse negócio e O Brasil em Jornal passou a ser produzido em disco sob o título de O Repórter na História. Suas lojas se tornaram postos de venda do produto. Medina também foi importante na campanha eleitoral de Amaral Netto iniciada em 1960. O então candidato recorrentemente foi entrevistado no programa de televisão Noite de Gala, o qual era patrocinado por Medina (Maquis, Rio de Janeiro, 06 maio 1960, p. 20-24).

No âmbito político – para além de Lacerda – ele se articulou com, ao menos, dois bacharéis da UDN. Aliomar Baleeiro encampou seu projeto de fundar uma revista adquirindo ações de sua editora (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 02 maio 1956, p. 3). E a observação das edições de Maquis publicadas entre 1956 e 1960 indicam que Baleeiro foi um de seus articulistas mais assíduos nesse recorte. Já Adauto Lúcio Cardoso atuou como seu advogado. Não raro Amaral Netto era processado judicialmente por causa de matérias publicadas na revista. Cardoso, então, conduzia a sua defesa no tribunal (Maquis, Rio de Janeiro, maio 1957, p. 45). Segundo notícia publicada em O Jornal, foi um “representante” do grupo de Cardoso que propôs a inclusão de Amaral Netto na chapa de candidatos a deputados da UDN em 1960 (O Jornal, Rio de Janeiro, 05 maio 1960, p. 6).



Por último, há uma simetria latente entre a trajetória profissional de Amaral Netto e o seu desempenho como jornalista, notadamente por causa de seu trabalho no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Uma pesquisa realizada no banco de dados da Hemeroteca Digital permitiu apreender que ele escreveu para diversos jornais e que, em sua maioria, a sua temática era a economia. Amaral Netto assinou artigos desse gênero em O Malho, em 1948; no Correio da Manhã, em 1950; e n'O Jornal em 1953. Aliado a isso, há a informação de que ele foi o redator econômico do Tribuna entre 1950-56 (Krause, 2012, p. 32).

Portanto, além de seu trabalho no Tribuna e de sua militância política através do Clube da Lanterna em parceria com Lacerda, Amaral Netto gradativamente desenvolveu relações com representantes do empresariado e da política radicados no Rio de Janeiro. Em alguma medida, essas informações permitem compreender a razão dele ter sido autor de reportagens e colunas de economia publicadas nos jornais da cidade. No geral, o panorama desenvolvido auxilia na contextualização da linha editorial que ele estabeleceu para Maquis desde a sua fundação.

Tão caro quanto a verdade

A revista Maquis foi o periódico que deu continuidade ao panfleto homônimo editado no Rio de Janeiro entre dezembro de 1955 e janeiro de 1956. As informações sobre esse panfleto se originam essencialmente de episódios esparsos nos quais Amaral Netto arrogou a si a responsabilidade pela sua produção. Nesses momentos, ele comumente mencionava algumas de suas características. O panfleto seria clandestino e teria sido financiado por ele e seus companheiros de Clube da Lanterna. Teve seis edições, as quais teriam seus originais redigidos por Amaral Netto e seriam copiados em mimeógrafos. Sua distribuição seria gratuita e realizada em eventos sociais e quartéis das Forças Armadas. E o seu objetivo seria o de funcionar como uma “válvula de escape da liberdade de imprensa sufocada e arrolhada pelos tanques e pelas metralhadoras do general Lott” (Maquis, Rio de Janeiro, 20 jun. 1959, p. 21).

Em abril de 1956, Amaral Netto anunciou em jornais da cidade o lançamento de uma subscrição pública de ações para formar o capital da Editora Reforma S.A. Esta, inicialmente, teria como seu produto a revista Maquis. Cada ação custava Cr\$ 1.000,00 e era possível parcelar esse valor em até dez prestações mensais (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 15 abr. 1956, p. 5). Cerca de três meses depois, Amaral Netto iniciou a circulação da revista. Em seu expediente de lançamento, Maquis registrou que estava em



seu segundo ano de existência e que aquela era a sua sétima edição. Esses elementos simbolicamente a identificavam como a prosseguidora do panfleto anterior. A partir de então, Maquis era publicada quinzenalmente, com 48 páginas impressas em rotogravura. Sua impressão era feita pela gráfica O Mundo. Seu preço – Cr\$ 15,00 – era mais que o dobro do praticado pelas congêneres que circulavam na cidade. Por isso Maquis adotou como *slogan* a frase “tão caro quanto a verdade”. A linha editorial da revista foi definida por Amaral Netto:

Não temos tabus. Todos se medem, para nós, de acordo com a fita métrica do caráter, da dignidade e da honradez na vida pública. Partimos do princípio que determina a todos os cidadãos que exerçam cargos públicos ou que tenham influência no comércio e na indústria, terem à mão, para exibição a qualquer momento, sua folha-corrída, sua declaração de bens, comprovada, clara, insofismável.

Ninguém tem o direito de exibir riqueza sem poder explicar de onde a tirou. Ninguém tem o direito de afrontar a miséria sem que o seu nome seja apontado à execração pública, já que a justiça, pela sua própria voz; pela sua mais alta corte, o Supremo Tribunal Federal, declarou publicamente a sua espontânea negatividade; a sua vergonha de ser Justiça, sujeitando-se à força dos canhões e dos tanques no 11 e no 21 de novembro.

É preciso reformar. Por isso escolhemos o título de Editora Reforma para a célula-mater dessa revista (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Porque começamos por 7. Maquis, Rio de Janeiro, ago. 1956, p. 3).

O editorial estabeleceu como pedra angular da revista um dos valores centrais do ideário da UDN, a saber, a moralidade (Benevides, 1981). Essa espécie de identidade se materializou no jornalismo que passou a ser produzido por Maquis. Suas reportagens se dedicavam essencialmente a denunciar supostos escândalos de corrupção que se praticavam no governo Kubitschek. Tanto o presidente quanto o seu Ministro da Guerra – o general Henrique Duffles Teixeira Lott – foram alvos de acusações. Como se verá adiante, as manchetes de capa com frases ambíguas ou afirmações peremptórias formavam uma de suas estratégias que visavam difundir a sua mensagem moralista. Por outras palavras, o polemismo foi a sua principal arma de enfrentamento político. Não raro, esse tipo de jornalismo gerava reveses. Para além dos processos que Amaral Netto foi acumulando, Maquis gerou outros tipos de reações. Em 1957, por exemplo, a adjetivação do governo JK como um “sindicato de ladrões” suscitou críticas na imprensa carioca (O Globo, Rio de Janeiro, 12 abr. 1957, p. 1).

A análise de suas edições permitiu perceber que esse *modus operandi* se entrelaçava com a proposição de ideias e de projetos, notadamente aqueles ligados a economia. A revista sempre se posicionava contra reajustes do salário-mínimo, tendo como argumento que esse tipo de medida apenas agravava a inflação. Para ela, havia uma



correlação direta entre o reajuste e a majoração dos preços no mercado – portanto, a realidade seria a de que o trabalhador perdia o seu poder de compra. Outro tema que era comum em sua pauta era a emissão de moeda. A revista foi uma ampla defensora da estabilidade monetária e fiscal. Ela sustentou essa opinião em editoriais ou reportagens que “denunciavam” novas emissões do governo JK. Nesse ínterim, se advogava que o país caminhava para uma espécie de colapso econômico (Maquis, Rio de Janeiro, jan. 1958, p. 33-35).

A partir de 1958, a revista ampliou a sua periodicidade e se tornou semanal. Sua matriz – a Editora Reforma – também expandiu o seu capital através de uma nova subscrição pública de ações. Entretanto, o empreendimento jornalístico de Amaral Netto passou a atravessar dificuldades ainda nesse ano. Os balanços patrimoniais publicados nos anos seguintes – referentes a 1958 e 1959 – indicam que a editora começou a se tornar deficitária. De acordo com Amaral Netto, o prejuízo em 1958 foi superior a Cr\$ 1.000.000,00 (Maquis, Rio de Janeiro, 21 mar. 1959, p. 21). Se, por um lado, Maquis continuou se engajando na luta política através do seu jornalismo, por outro, a sua qualidade editorial foi afetada diretamente pela sua situação econômica. Em agosto de 1958, ela deixou de ser editada em rotogravura. Alguns meses depois, ela restringiu seu número de páginas por edição para 40, mas manteve o seu ritmo de publicação semanal.

Foi em meio a esse cenário adverso que Amaral Netto deflagrou a sua candidatura para deputado constituinte da Guanabara, estado criado após a transferência da capital para Brasília em 1960. A sua única proposta era a extinção da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Em comícios e entrevistas, ele afirmava que ela era uma instituição imoral por causa do seu custo elevado para a população. Assim sendo, a moralidade e a economia novamente formavam um par discursivo evocado por ele. Nesse esforço, Amaral Netto usava Maquis – e, vale recordar, o programa de televisão patrocinado por Medina – para difundir essa mensagem. Em outubro, Amaral Netto se consagrou como o candidato mais votado da UDN na Guanabara. Convém ressaltar que esse dado não permite dizer que isso foi um tipo de efeito de sua propaganda nesses diferentes tipos de imprensa.

De todo modo, a campanha gradativamente o distanciou da direção da revista. A seguir, a sua eleição demarcou um rearranjo na estrutura interna de Maquis. Tanto a gestão da editora quanto a direção da revista foram transmitidas para outros produtores. No que tange ao seu jornalismo, a mudança perceptível foi a ampliação da cobertura sobre a política estadual da Guanabara. Os discursos de Amaral Netto passaram a ser



rotineiramente transcritos na revista. Paralelamente, ele se tornou um articulista eventual que escrevia essencialmente sobre assuntos da política.

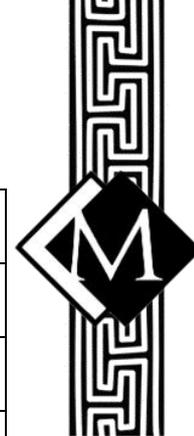
Entre a esperança e a desilusão

A revista Maquis veiculou trinta edições entre o transcurso do governo Jânio Quadros. Amaral Netto escreveu e publicou dez artigos nessa amostragem. Em termos percentuais, ele participou de pouco mais de 30% das edições. Esse índice relativamente baixo pode ser explicado de dois modos. Primeiro, Amaral Netto tinha sido escolhido líder do governo Lacerda no Legislativo estadual. Posto que o tornou o principal interlocutor entre esses dois poderes. Segundo, ele viajou em férias para a Europa no início de julho daquele ano. Sua ausência do país perdurou por quase um mês e o seu retorno ocorreu em meio ao recrudescimento do atrito entre Quadros e Lacerda.

A maioria dos seus artigos foi produzida entre fevereiro e junho. Depois do hiato ocasionado pela viagem, Amaral Netto voltou a escrever na revista em agosto. É possível propor uma divisão temática entre os seus artigos, tendo em mente a ressalva de que não raro ele abordava alguns assuntos em um único texto. Em ordem crescente, a distribuição é a seguinte: um artigo, tanto para a política externa independente quanto para a econômica do governo Quadros; quatro dedicados a questões legislativas estaduais que o envolviam; e, por fim, quatro artigos acerca das Comissões de Sindicâncias deflagradas pelo presidente em instituições federais. Os casos das políticas econômica e externa possuem algumas especificidades. A primeira foi inserida em um artigo que defendia a sua correção por intermédio do argumento de que ela se entrelaçava com as referidas sindicâncias. Sobre a segunda, Amaral Netto apenas expressou sua opinião no auge da crise. O quadro abaixo contém as datas de publicação, os temas e os assuntos abordados nos artigos do jornalista-deputado:

Quadro 1 – Datas, temas e assuntos dos artigos publicados por Amaral Netto na revista Maquis (1961)

Data	Tema	Assunto(s)
04/02/1961	Política Estadual	Assembleia Constituinte da Guanabara.
11/02/1961	Política Estadual/Federal	Ato Constitucional nº 1 e discurso de posse de Jânio Quadros.
25/02/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.



11/03/1961	Política Federal	Réplica ao deputado Armando Falcão (PSD).
18/03/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.
15/04/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância e Instrução nº 204 (SUMOC).
20/05/1961	Política Estadual/Federal	Denúncia dos deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães (PTB).
03/06/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.
24/06/1961	Política Estadual	Debate com o deputado Saldanha Coelho (PTB).
31/08/1961	Política Federal	Política Externa Independente (Lacerda e Quadros).

Fonte: Maquis, Rio de Janeiro, fev./ago. 1961.

Convém iniciar, portanto, pelo assunto quantitativamente mais expressivo. No contexto de sua posse, Jânio Quadros proferiu um discurso contundente contra o governo Kubitschek. Por um lado, o presidente enfocou o déficit orçamentário do Estado e citou cifras de dívidas que sua administração teria que saldar ao longo dos anos. Por outro, ele criticou o “favoritismo e o nepotismo” que teriam acontecido durante o governo anterior (Skidmore, 1969, p. 240). Esse discurso foi a pauta central da edição n. 191. A revista estampou duas reportagens – uma delas contendo sete páginas – e alguns artigos sobre o assunto.⁴ Em sua capa, Maquis reeditou a sua manchete de 1957 que causara celeuma na imprensa do Rio de Janeiro. Dois adendos foram feitos na composição dessa manchete. Acima dela, a revista inseriu a frase “Jânio confirma” próximo do seu logotipo. Abaixo, a capa direcionou o leitor para o artigo de Amaral Netto inserido na edição:

Imagem 1 – Capa da revista Maquis (11/02/1961)



Fonte: Maquis, Rio de Janeiro, 11 fev. 1961, p. 1.

⁴ Geralmente, as reportagens da Maquis abarcavam de três a cinco páginas.



Amaral Netto abordou no artigo o discurso de Quadros e os desdobramentos de sua campanha contra a Câmara dos Vereadores. Acerca do primeiro assunto, no geral, o texto pouco acrescentou aquilo que Maquis taxativamente afirmou em sua manchete de capa. Ou seja, a ideia central era a de que Quadros teria validado com o seu discurso tudo o que a revista – e seu ex-diretor – pregavam desde a sua fundação. O exagero e a polêmica são elementos perceptíveis. No entender de Amaral Netto, Quadros utilizara “palavras claras e insofismáveis” que comprovariam a assertiva de que o Brasil vinha sendo um “reino de ladrões” até então (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Jânio confirma Maquis: governo JK foi mesmo sindicato de ladrões. Maquis, Rio de Janeiro. 11 fev. 1961, p. 20-21).

Esse argumento foi transformado em pedra angular dos seus artigos posteriores. Paralelamente, Amaral Netto continuou explorando a ideia de que ele e a revista tinham sido respaldados pelo presidente. Também investiu contra o campo político e a imprensa que discordavam das sindicâncias que estavam sendo instauradas. Ainda em fevereiro, ele afirmou o seu apoio e indicou que pretendia participar dessa ação:

Se o presidente Jânio Quadros e seus ministros quiserem saber, desde já, os resultados e conclusões dos inquéritos mandados abrir é só consultar a coleção de MAQUIS. Nela se encontra, pelo menos em grande parte, tudo quanto se mandou apurar até agora.

Os ladrões podem ser apontados desde já, um por um e todos em conjunto, porque as provas que publicamos são líquidas, certas e insofismáveis.

Aqueles que julgavam que exagerávamos, que infamávamos e que agíamos de má-fé, poderão verificar que não chegamos a dizer sequer uma parte de toda a verdade. [...].

Vou encaminhar ao presidente Jânio, a seus ministros e às comissões de inquérito as reportagens em que provamos tudo que eles precisam agora documentar. Vou fornecer o que necessário for para que se leve por diante uma vassourada em regra.

Uma coisa é preciso dizer ao presidente e aos seus ministros. O povo está cansado dos inquéritos de encenação que até agora só têm servido para dar cartaz às pretensas vítimas e passar-lhes atestado de bom comportamento. O povo não poderá ser mais uma vez iludido em sua boa-fé. Ele está acreditando nos inquéritos e não deve de forma alguma passar a desacreditar neles. [...].

Do contrário, tudo estará perdido, definitivamente perdido (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. Maquis, Rio de Janeiro, 25 fev. 1961, p. 3).

Esse texto contém algumas ideias e representações que se entrecruzam e precisam ser sinalizadas. Em primeiro lugar, há o estímulo a percepção de que o deputado-jornalista e a revista desempenhariam papéis importantes no processo em curso no campo político de alegada moralização do Estado brasileiro. Nesse sentido, Amaral Netto e Maquis foram representados como os portadores da “verdade”. Esta que possibilitaria a eles



contribuírem com o aceleração da judicialização das sindicâncias. Se parte do pressuposto de que, no passado recente, somente aconteciam investigações *proforma*. Essa espécie de revanchismo também abrangia a imprensa. Afinal, à luz do histórico de Maquis no jornalismo, se torna perceptível a intenção de contestar os membros do seu campo – instituições e agentes – que tinham condenado o seu estilo calcado na denúncia.

Não à toa, Amaral Netto finalizou o artigo propondo uma condicionante – ou uma métrica – para a avaliação futura do governo Quadros. O sucesso ou o fracasso seriam mensuráveis através da observação de como o presidente se comportaria diante do encerramento das sindicâncias. Os resultados dos inquéritos seriam previsíveis e, assim, a questão relevante era a aplicação da consequência. Em meio a isso, Amaral Netto avocou para si a figura de “porta-voz” do povo – existiria uma expectativa social que, se não fosse atendida, geraria um sentimento de desconfiança para com o governo.

Logicamente, esse encadeamento argumentativo e o recurso a alegoria do “porta-voz” apontam para um interesse não só de Amaral Netto, como também da direção da revista. Esse repertório do artigo constava também em outros conteúdos publicados. Por exemplo, no início de abril Maquis veiculou uma reportagem comparativa entre as manchetes da imprensa antes e depois da posse de Quadros na presidência. Foram editadas e fotografadas duas composições de manchetes. A primeira delas destacou títulos que indicavam a ideia de progresso nacional, abordavam a execução do Plano de Metas ou noticiavam as ações de Kubitschek nas áreas alimentar e de saúde. A segunda delas buscou demonstrar o que seria, de fato, a realidade naquele momento – desvios de verbas, fraudes em licitações e acusações contra ministros e diretores de instituições estatais. No texto, o seu redator afirmou que a comparação entre tais composições revelaria o cenário “constrangedor” no qual a imprensa se encontrava (Maquis, Rio de Janeiro, 01 abr. 1961, p. 4).

Por seu turno, Amaral Netto também contribuiu nesse esforço desqualificando e ironizando a oposição ao governo. Em março, ele sugeriu que as investigações vinham causando polêmica nos campos político e jornalístico. Para ele, essas reações eram somente amostras do descontentamento daqueles eram contrários a “moralização” estatal. Seu argumento foi o de que Quadros teria dado fim a prática de “suborno” de jornalistas e parlamentares. Estes seriam os “desenvolvimentistas que não se conformam com a interrupção do próprio desenvolvimento mantido à custa da espoliação da nação”. No fim, Amaral Netto garantiu que essa oposição não tinha obtido “sucesso algum” em seus



objetivos (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Em pânico os “defensores” do Congresso. Maquis, Rio de Janeiro, 18 mar. 1961, p. 20-21).

Em abril, o ministro Clemente Mariani divulgou a implementação da Instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A norma modificou o funcionamento dos mercados de exportação e importação. Antes, vigorava um sistema classificatório que alocava em categorias distintas tipos de produtos exportáveis e importáveis. A cotação do dólar variava de acordo com essas categorias. A Inst. 204 majorou o preço por dólar pago pelo Estado aos exportadores de café e cacau – Cr\$ 90,00 e Cr\$ 210, respectivamente. A diferença entre esses valores e o montante obtido pelo Estado posteriormente na revenda dos dólares seria utilizada em políticas de interesse da agricultura (como a compra dos excedentes de safra que não fossem comercializados). Paralelamente, a Inst. 204 extinguiu duas categorias de importação e redirecionou os seus respectivos produtos para o mercado de câmbio livre. Também estabeleceu um teto de US\$ 20.000,00 semanais para os importadores que adquiriam dólares. Por fim, a Inst. 204 majorou o preço do câmbio dos produtos preferenciais – fertilizantes, papel, petróleo, trigo e alguns bens de capital – de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 (Loureiro, 2012).

Nesse contexto, Amaral Netto apoiou a Inst. 204 se detendo essencialmente sobre a regra que dobrou o preço do dólar da categoria preferencial. Novamente, o seu artigo foi propagado na capa de Maquis através da manchete “JK, não volte! A cadeia te espera”. No texto homônimo, ele defendeu a supracitada medida entre repetições do discurso calcado nas ideias de moralidade e honestidade:

Depois do discurso do sr. Jânio Quadros, não sei bem o que devem sentir e pensar aqueles que tanto me condenaram pelas violentas acusações que fiz ao sr. JK durante todo o seu governo. [...].

E houve tanta gente que se irritou, que protestou, que condenou, que se suscetibilizou quando MAQUIS, em abril de 1957 – exatamente há QUATRO ANOS – afirmava na capa e no conteúdo: “Governo JK – Sindicato de Ladrões”. [...].

Não somos nem fomos profetas. Apenas dissemos o que muitos sabiam e o que poucos, sabendo, diziam. Consultem a coleção de MAQUIS. Do primeiro ao último número. Uma a uma, suas páginas são repositórios de acusações e de denúncias que hoje são comprovadas pelo próprio presidente da República. [...].

Jânio começou a dizer a verdade. E nós que sofremos na carne os efeitos do princípio da verdade, com o triplicamento [sic] das despesas de feitura desta pobre revista, temos autoridade moral para, sofrendo esses efeitos, aplaudir incondicionalmente o homem que não pede sacrifícios ao povo para encher os próprios bolsos com esse sacrifício.

Se Jânio errou, errou por não ter dito toda a verdade. A verdade que precisa ser dita. Não foram só os dólares surrupiados, como também não foram só as emissões criminosas. Não. Foram também e principalmente os assaltos, os desfalques, a roubalheira desenfreada que fizeram com que a faraônica Brasília



custasse no que contém cem vezes o que custaria normalmente depois de pronta de verdade.

Sacrificados como estamos sendo com a 204, aplaudimos o presidente. E aplaudimos porque sabemos que este sofrimento é necessário. E muito mais aplaudimos ainda, porque sabemos que o nosso sacrifício não é em vão e nem se destina a enriquecer quem quer que seja.

Quem sofreu o que sofreremos neste país para encher os bolsos de um canalha que se apossara do governo, só por inconsciência, por hipocrisia ou por velhacaria poderia negar apoio a esse homem que tudo enfrenta e nada teme, nem mesmo a impopularidade, para devolver à nação a decência que dela desaparecera há tanto tempo, roubada pelos mesmos ladrões (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia te espera. Maquis, Rio de Janeiro, 15 abr. 1961, p. 20-21).

A “verdade” de Amaral Netto, que tinha como estofa a suposta legitimação do seu denunciamento, passou a abarcar em si a política econômica do governo. O maniqueísmo do texto sugere que a adoção da Inst. 204 marcou o término do que seria a “mentira”. Ou seja, o câmbio subsidiado pelo Estado para as importações preferenciais. Entre hipérboles morais e bravatas contra críticos anônimos, Amaral Netto indicou como pensava sobre o funcionamento da economia. Apesar de ele não ter abordado as outras regras instituídas, o seu apoio irrestrito e o conhecimento sobre o que foi a Inst. 204 permitem algumas sugestões. Primeiro, a de que Amaral Netto era a favor do crescimento do setor agroexportador por meio da instauração de preços mais atrativos e de políticas que auxiliassem o setor. Segundo, a de que ele era contrário ao tipo de controle que o Estado exercia até então sobre o mercado de câmbio. Essa avaliação sobre o seu raciocínio se reforça com base no trecho sobre a sua alegada coerência. À revelia do efeito da Inst. 204 para a produção de Maquis, a norma representaria a uma “verdade” que ele não poderia contestar.

Nos meses seguintes, Amaral Netto começou a demonstrar frustração para com o governo no que tange as sindicâncias. Por um lado, houve a divulgação de um relatório em que se apontava o envolvimento do vice-presidente João Goulart em irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência Social (Hippolito, 2012, p. 126-127). Por outro, algumas declarações de Quadros a imprensa indicaram uma espécie de recuo. Ao ser questionado se acreditava que JK tinha alguma responsabilidade sobre o que teria ocorrido nos órgãos federais, Quadros foi evasivo. Segundo editorial de Maquis, ele afirmou que “em nenhum momento, até este instante” tinha acusado JK, direta ou indiretamente. Indo além, ele sugeriu que também não o faria futuramente pois sabia que “nem sempre e, no mais das vezes é o que acontece, as irregularidades não são da responsabilidade do supremo mandatário” (Maquis, Rio de Janeiro, 29 abr. 1961, p. 3).



Diante de cenário aparentemente ambíguo, Maquis publicou na capa de sua edição nº 206 que a “obrigação” de Quadros era “prender” JK e seus colaboradores. A manchete mais uma vez se referia a um artigo de Amaral Netto. No texto, ele comentou os supracitados episódios:

Se há erro em tudo isso e se Jânio não acertou tanto quanto deveria acertar, é porque a coisa está indo devagar, arrastando-se em demasia. Era preciso andar mais depressa com os inquéritos para que a opinião pública não começasse a murmurar na desconfiança de que a apuração não será completa e integral.

E outro erro seria o de ter o presidente dado ao parisiense Juscelino Kubitschek um bill [sic] de indenidade quando sabe perfeitamente que o homem foi quem mais roubou e quem mais comandou de fato o roubo generalizado.

Que Belchior [Goulart] estriple. Que outros estriplem também. É um direito que ninguém lhes nega. Mas o que todo mundo estranha é que tanto ele quanto todos os outros vinham sendo acusados sistemática e comprovadamente de tudo isso e mais alguma coisa há cinco, seis anos e mais. E nunca estrilaram, nem tiveram seus brios ofendidos, simplesmente porque tinham as costas quentes e a proteção magna de quem, tendo o poder nas mãos, roubava tanto ou mais que todos eles reunidos.

Vamos chegar ao fim de tudo isto, provando e comprovando que s. Exa., o ex-presidente, presidiu um governo onde todos ou quase todos roubavam e ele não sabia de nada, não participava de nada...

Aí sim – aí então quem vai estrilar e protestar contra Jânio somos nós os que fomos roubados. E o povo não é trouxa nem idiota e que sabe que a quadrilha não poderia ter funcionado sem chefe, sem protetor, sem o que ficou com a parte do leão do roubo geral (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango a quadrilha estrila. Maquis, Rio de Janeiro, 03 jun. 1961, p. 20-21).

A ausência quase total de Amaral Netto das edições seguintes é algo sugestivo diante dessa demonstração de alarme. A revista publicou cinco edições entre a mencionada acima e a data da viagem dele para a Europa. Nestas, Amaral Netto se fez presente em apenas uma, em artigo que enfocou uma alteração entre ele e o deputado Saldanha Coelho, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto Amaral Netto silenciava, se nota um redirecionamento das edições de Maquis para outros assuntos do campo político. Suas capas que, até então, tinham sido usadas para propagandear as sindicâncias e os artigos do seu ex-diretor, passaram a apresentar manchetes sobre as políticas externa e estadual.

Se poderia alegar que esse arrefecimento fora resultado das contingências do momento, principalmente as que ocorreram em agosto de 1961. Entretanto, isso seria uma incongruência diante do que foi demonstrado até aqui – um processo que envolveu esperança e arremedos de frustração. Sobre esse último quesito, convém destacar um editorial (não assinado) publicado em junho. Nele, o editorialista foi um tanto quanto pragmático. Ele defendeu que se Quadros não pudesse “prender” JK e Goulart, que “ao



menos” o fizesse em relação “a canalha que em volta de ambos refocilava após o banquete da miséria de um povo faminto” (Maquis, Rio de Janeiro, 10 jun. 1961, p. 20-21).

O retorno de Amaral Netto às páginas de Maquis aconteceu em fins de agosto. Pela primeira vez, ele disse que era favorável a política externa independente. Esse posicionamento o colocava em uma posição diversa da que vinha sendo difundida pelo governador Carlos Lacerda. Desde abril de 1961, Lacerda criticava publicamente as ideias e atitudes de Quadros nessa área. Essa oposição sistemática acarretou choques entre ele e outros membros da UDN (Dulles, 2000, p. 52). No seu artigo, Amaral Netto criticou os “excessos” de Quadros e Lacerda e conclamou a UDN a agir:

A verdade é que tanto o povo da Guanabara como o povo do Brasil inteiro não elegeu esses dois homens para em pouco mais de seis meses assistir ao atordoante e crítico espetáculo que está assistindo.

Apoiando a política externa de Jânio Quadros, nem por isso podemos deixar de fazer sérias restrições a alguns excessos e algumas posições do presidente em relação ao rumo dessa política. [...].

Não sendo daqueles que sofrem do que podemos chamar de histeria anticomunista que as vezes chega ao ridículo, temos autoridade suficiente para chamar a atenção do presidente no sentido de que ele se pronuncie, energicamente também, sobre a posição do seu governo em relação ao comunismo dentro das nossas fronteiras [...].

Ao mesmo tempo em que consideramos que a crise se reflete com graves parcelas de responsabilidade sobre os ombros do presidente, consideramos também que o governador Carlos Lacerda se excede quando leva a sua discordância a pontos extremos, talvez numa reação provocada pela omissão do presidente relativamente aos pontos que apontamos acima. [...].

É hora de fazer compreender a Jânio e a Lacerda que ambos como quaisquer outros líderes não são infalíveis e muito menos super-homens. Que erram. Que falham. Que se omitem. Que claudicam.

A UDN nacional e guanabarina compete agora uma posição de acordo com as suas responsabilidades. Uma posição de firmeza e de isenção relativamente aos dois homens que se desentendem, desentendendo o Brasil.

A União Democrática Nacional deve estar unida em torno dos seus princípios e dos seus ideais. Acima das divergências e das discordâncias para enfrentar a crise que se procura minimizar, mas que é tão grave e tão profunda que a censura volta a aparecer nas rádios e nas estações de televisão.

Tem razão o deputado Adauto Lúcio Cardoso, quando em posição que é a nossa relativamente à política internacional, nem por isto deixa de pregar a união dos udenistas para dizer a Jânio que ele não deve e não pode levar suas atitudes ao ponto de comprometer a segurança da democracia no Brasil (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. Maquis, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 4-5).

O texto buscou um certo equilíbrio na dosagem das críticas aos dois principais personagens da seara da política internacional. A questão é que, ao assumir como sua a posição de Adauto Lúcio Cardoso, ele estava contraditando Lacerda frontalmente. Cardoso tinha proferido recentemente um discurso na Câmara dos Deputados condenando o “extremismo” da oposição desenvolvida por Lacerda (Dulles, 2000, p. 52). Outro ponto importante do artigo é o de que Amaral Netto enfatizou a urgência de uma conciliação



que deveria ser arbitrada pela UDN. Nesse sentido, as ideias e valores do partido teriam que se sobrepôr a um de seus líderes (Lacerda) e ao presidente que apoiava (Quadros). Afinal, no xadrez da crise da política internacional, as principais peças que se digladiavam eram personagens que orbitavam na ou em torno da UDN.

A renúncia do presidente e a subsequente crise institucional brasileira demarcam o término desse fluxo de artigos que apontavam as expectativas e as decepções de Amaral Netto. Um discurso que é indissociável da ideia que ele buscou propagar. Ou seja, de que aquele era o momento em que a “moralização” estatal significaria a revanche dele e de Maquis contra os seus detratores. Nesse sentido, se percebe um incômodo latente com uma possível imagem negativa que ele e a revista representariam para a sociedade. Assim, na medida em que o Estado se “moralizava”, Amaral Netto e Maquis validariam a sua própria moral dentro do campo jornalismo.

Considerações Finais

Algumas considerações podem ser tecidas diante do que foi exposto. O engajamento do jornalista-deputado em relação às sindicâncias se pautava em um valor moral que tradicionalmente ele evocava em Maquis. Mas não só isso. Amaral Netto observava o que ocorria no governo sem perder de vista o passado recente. Seus artigos sobre as sindicâncias eram permeados por recordações das críticas sofridas dos campos político e jornalístico. Assim, as sindicâncias foram instrumentalizadas para difundir uma imagem de legitimidade para Maquis e para si mesmo. Ele e a revista se distinguiam porque, ao “saberem” da “verdade”, não tinham silenciado como os demais (mesmo que isso tenha gerado reveses no decorrer de suas trajetórias). Amaral Netto tentou demonstrar que eram em ambos em que a sociedade poderia confiar. Portanto, para ele o que estava em jogo era uma representação positiva – retidão, caráter e honestidade – que serviria tanto para refutar definitivamente os seus adversários quanto para consolidar uma nova imagem sobre si e Maquis. Paradoxalmente, o seu condicionamento do êxito do governo Quadros a punição dos “criminosos” acabava também por subordinar a possibilidade de sucesso da sua tentativa de autolegitimação.

Em meio a isso, Amaral Netto também empregou a alegoria da “verdade” para apoiar a política econômica consubstanciada na Inst. 204. Assim, todos os elementos dessa representação que ele vinha propagando foram transplantados para a defesa da medida do governo nesse setor. Nesse ínterim, ele sugeriu o seu endosso a uma política que fomentava a agricultura de exportação e restringia o papel do Estado nos mercados



de câmbio de importações. As suas conexões com o empresariado e a sua própria experiência pregressa em um armazém de café (principal produto de exportação do país) permitem, ao menos, situar essa opinião dentro de uma base de referência material. Por outro lado, o caso da política externa independente difere dos anteriores em argumentos e motivações. A figura da “verdade” inexistente, o que há é um temor de que a contenda entre Lacerda e Quadros recrudescesse. E, assim, terminasse por inviabilizar o prosseguimento de um governo que tinha implementado políticas “morais” e econômicas que ele tinha defendido. Mesmo sendo contrariado por algumas declarações de Quadros, parece que ele ainda nutria esperança de que a “moralização” se tornasse a realidade que ele imaginava. Ironicamente, esse cenário o fez adotar um tom conciliador que contrastava com o seu *modus operandi* recorrente no jornalismo. De todo modo, as fontes apresentadas e a análise empreendida permitem corroborar a hipótese proposta de que ele instrumentalizou o ideário moralista do governo Quadros em um discurso de autolegitimação. Estratégia que, em alguma medida, ambicionava o exercício de poder simbólico.

Data de Submissão: 28/06/2023

Data de Aceite: 05/08/2023

Referências

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CRUZ, Heloísa. PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n° 35, p. 253-270, 2007.

DULLES, John. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DULLES, John. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.



LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)**. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Marly. Crônica de uma relação tumultuada: o Legislativo estadual e o governo Lacerda. In: MOTTA, Marly *et al.* **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KRAUSE, Kátia Iracema. **O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

Fontes

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar Maquis. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: III. Edição: 23, abr. 1957, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/776>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque começamos por 7. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: II. Edição: 7, ago. 1956, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Jânio confirma Maquis: governo de JK foi mesmo sindicato de ladrões. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 191. 11 fev. 1961, p. 1 e 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8030>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 192. 25 fev. 1961, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8053>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Em pânico os “defensores” do Congresso. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 195. 18 mar. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8190>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia o espera. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 199. 15 abr. 1961, p. 1 e 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8331>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango, a quadrilha estrila. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 206. 03 jun. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8350>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 219. 31 ago. 1961, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9150>. Acesso em: 28 mar. 2022.



BRASIL. [Registro Civil das Pessoas Naturais da Quarta Circunscrição]. Rio de Janeiro: 2º Zona da Capital da República dos Estados Unidos do Brasil. [1954-1955]. Livro nº 291. P. 285v. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS55-6354?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6VJQ-DCZ9&action=view&groupId=TH-909-76333-2815-48>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Lançada na TV-RIO (Noite de Gala) candidatura de Amaral Netto para constituinte. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VI. Edição: 151. 06 maio 1960, p. 22-24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6430>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Como vão os processos de Maquis. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: III. Edição: 24, maio 1957, p. 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/861>. Acesso em: 28 mar. 2022.

2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: IV. Edição: 40, jan. 1958, p. 33-35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1621>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Editora Reforma. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 93. 21 mar. 1959. P. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4110>. Acesso em: 28 mar. 2022.

História de duas histórias. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 106. 20 jun. 1959. P. 20-23. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4628>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Sem título. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VI. Edição: 197. 01 abr. 1961, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8254>. Acesso em: 28 mar. 2022.

A revista em revista. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 201. 29 abr. 1961, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8413>. Acesso em: 28 mar. 2022.

“Pela primeira vez, ricos e poderosos serão punidos”. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 207. 10 jun. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8670>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Sementeira de Ódios. *O Globo*, Rio de Janeiro. Ano: XXXII. Edição: 9489. 12 abr. 1957, p. 1.

Você sabe o que é Maquis? *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. Ano: XXVI. Edição: 10258. 15 abr. 1956, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/49452. Acesso em: 28 mar. 2022.

Amaral virá pelo PDC, pois UDN não o quer. *O Jornal*, Rio de Janeiro. Ano: XXXVIII. Edição: 12165. 5 maio 1960, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/2968. Acesso em: 28 mar. 2022.

Companhia Reis de Armazéns Gerais. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 1662. 16 jun. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075. Acesso em: 28 mar. 2022.

Entre os 502 acionistas da Editora Reforma S.A., em organização, figuram. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. Ano: VIII. Edição: 1925. 02 maio 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/27661. Acesso em: 28 mar. 2022.